



Apontamentos sobre a Psicologia Social: Epistemologia, Metodologia na Ciência e Profissão

Notes on Social Psychology: Epistemology and Methodology in Science and the Profession

Marcelo Moreira Cezar

Universidade Franciscana (UFN). <http://lattes.cnpq.br/1252893453101169>

Resumo: O presente escrito analisa os pressupostos históricos, epistemológicos e metodológicos da Psicologia Social, enfatizando sua constituição na América Latina e suas interfaces com o campo da Saúde Coletiva. Partindo de uma perspectiva sócio-histórica, discute-se a formação da Psicologia Social a partir do paradigma positivista e das transformações decorrentes da chamada crise de referência da disciplina, que tensionou modelos individualizantes e impulsionou a emergência de abordagens críticas voltadas à compreensão das determinações sociais da subjetividade. Nesse contexto, são discutidas as contribuições da Psicologia Social Latino-Americana, especialmente a partir da obra de Ignacio Martín-Baró, que denunciou a dependência epistemológica e o mimetismo cientificista presentes na importação acrítica de teorias produzidas em contextos distintos das realidades latino-americanas. O estudo problematiza a colonialidade do saber psicológico e destaca a necessidade de construção de referenciais comprometidos com as condições históricas, culturais e políticas dos povos latino-americanos. Em diálogo com a Saúde Coletiva, menciona-se que a Psicologia Social oferece ferramentas teóricas e metodológicas capazes de compreender os processos de saúde, adoecimento e cuidado para além de perspectivas biológicas, incorporando dimensões territoriais, comunitárias e relacionais. Como ilustração, são discutidas as condições de vida da população em situação de rua e as potencialidades de estratégias participativas de intervenção voltadas à promoção da saúde, ao fortalecimento comunitário e à ampliação da cidadania. Conclui-se que a articulação entre Psicologia Social Latino-Americana e Saúde Coletiva constitui um campo estratégico para a produção de práticas comprometidas com a justiça social, a defesa da vida e a transformação das desigualdades historicamente produzidas.

Palavras-chave: psicologia social; saúde coletiva; psicologia da libertação; Martín-Baró; colonialidade; população em situação de rua.

Abstract: These notes analyse the historical, epistemological, and methodological foundations of Social Psychology, emphasising its constitution in Latin America and its interfaces with the field of Collective Health. Drawing on a socio-historical perspective, it discusses the development of Social Psychology from the positivist paradigm and the transformations resulting from the so-called crisis of the discipline, which challenged individualising models and fostered the emergence of critical approaches aimed at understanding the social determinants of subjectivity. Within this context, the contributions of Latin American Social Psychology are examined, particularly through the work of Ignacio Martín-Baró, who denounced the epistemological dependence and scientific mimicry embedded in the uncritical importation of theories produced in contexts distinct from Latin American realities. The study problematises the coloniality of psychological knowledge and highlights the need to construct theoretical frameworks committed to the historical, cultural, and political conditions of Latin American peoples. In dialogue with Collective Health, it argues that Social Psychology offers theoretical and methodological tools capable of understanding processes of health, illness, and care

beyond biologicistic perspectives, incorporating territorial, community-based, and relational dimensions. As an illustration, the living conditions of people experiencing homelessness are discussed, as well as the potential of participatory intervention strategies aimed at health promotion, community strengthening, and the expansion of citizenship. It is concluded that the articulation between Latin American Social Psychology and Collective Health constitutes a strategic field for the development of practices committed to social justice, the defence of life, and the transformation of historically produced inequalities.

Keywords: social psychology; collective health; liberation psychology; Martín-Baró; coloniality; vulnerable population.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre pressupostos históricos da Psicologia Social é propor uma revisita a critérios já constituídos por diferentes pontos de vista, estes que se resumem aos vieses de autores e se relacionam com fatos temporais e marcantes de cada contexto de construção de história. Analisar a própria história da Psicologia Social é, por si mesmo, atravessá-la com sua própria estratégia metodológica enquanto disciplina. O viés socio-histórico será trabalhado aqui, como pressuposto para a estruturação da escrita. Logo aproximações com o viés construcionista em relação ao processo de interação das pessoas, passando pelo materialismo dialético com discussões sobre a Psicologia Concreta na América Latina. Por fim, acercamentos sobre a materialidade dos arranjos sociais, com fundamento analítico da arqueologia e da produção de sujeito.

Ao compor este texto, inevitavelmente, trarei elementos-fragmentos de minha experiência e relativista sobre a abordagem, sobretudo em conceitos, preconceitos e os recortes históricos de como será contada a história (Bernardes, 1998). Além disso, trata-se de um texto que trará mais interrogações do que afirmações, levando em conta a contemporaneidade e o cotidiano da práxis da Psicologia Social, especificamente no âmbito da saúde coletiva.

Conforme sugere Farr (1996), a Psicologia Social floresce dentro de uma perspectiva de ancestrais e não de fundadores - pois nenhum fenômeno acontece da noite para o dia. Os acontecimentos são compostos de processos históricos, de interpretações e de funções simbólicas disponíveis para cada recorte histórico. Considerando esse processo, levanto a pergunta de guia para este texto: como se constitui a Psicologia na interface com a Saúde Coletiva? Para tentar responder a esse recorte, demarco aqui dois eixos fundamentais para a história da psicologia social, os quais dividem a história da psicologia em: 1) anterior à crise de referência da psicologia; 2) posterior à crise de referência. Dessa maneira, ramifica-se para os marcadores históricos: positivismo wundtiano, regate da questão social e pulverização da Psicologia Social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A crise de referência da Psicologia, em especial a Psicologia Social, tem uma característica muito importante: a (re)invenção de um modo de atuar no coletivo. A perspectiva positivista com requintes laboratoriais de 1879 proporcionou o status de ciência à Psicologia, reproduz fragmentos de uma ciência recortada, enviesada para um extrato sociopolítico. Um recorte em torno dos fatos históricos e de instituições que determinavam modos de pensar e aplicavam seus métodos – aliançando-se com instrumentos de diferenciação e de ordem de estruturas de opressão – o que mais tarde viria a ser o paradigma psicométrico das guerras.

Esta linha positivista influenciou a psicologia como uma disciplina de características estruturais, reducionista e com questões ideológicas bem evidentes. Ou seja, o viés da neutralidade científica tinha um lado – a manutenção de estruturas behavioristas. Estas estruturas foram determinadas em duas grandes escolas, o estruturalismo e o funcionalismo. Escolas, que tinham intimidade teórica em decompor a mente humana em elementos básicos e estruturais, que determinam sensações, experiências, sentimentos, logo praticar a funcionalidade e os processos que auxiliavam as pessoas a se adaptar ao seu ambiente (Farr, 1996).

O rompimento com o paradigma positivista entra em vigor a partir da problematização sobre a esfera do sujeito. AllPort (1937) propõe o conceito de sujeito no âmbito da psicologia; esta proposição interpelava um problema: quais as características psicológicas que orientavam o comportamento das pessoas para a adaptação no tecido social? A resposta foi proferida, na época, pela teoria de que a Psicologia Social deveria se ocupar de explicar as unidades psicofísicas que orientavam as pessoas no mundo social – particionar e individualizar as pessoas em conjuntos de respostas a questões compartilhadas e sociais.

Essa perspectiva de sujeito atuou como a perspectiva para a fundamentação da Psicologia Social Psicológica, norte-americana (do Norte), em contraposição à Psicologia Social Sociológica, europeia (também do Norte). Ambas as perspectivas surgiram na tentativa de explicar a relação indivíduo-sociedade, que, por um lado, tinha o indivíduo como categoria de análise e as formas de interação comportamental frente a elementos do social. Por outro lado, a relação subjetiva que é construída nas relações sociais, a interação, os significados, as linguagens e as formas de opressão (Ferreira, 2010).

Esta separação em duas psicologias, a Psicologia Social Psicológica (PSP) e a Psicologia Social Sociológica (PSS), é considerada um marco sobre a questão da crise de referência da Psicologia, porque a tradição sociológica (europeia) movimenta críticas e problematizações sobre o modelo norte-americano. O movimento crítico, impulsionado pelos movimentos de maio de 68, como os de movimentos sociais, movimentos estudantis, movimento feminista, críticas aos regimes totalitários, acusa a Psicologia de ser uma ciência ideológica, reprodutora dos interesses da classe dominante e um produto das condições históricas específicas (Lane, 1984). Dessa maneira, os tensionamentos foram repercutindo e foram criando nomenclaturas para o momento histórico, por exemplo: a perda da questão social (Bernardes 2001).

Em nome da objetividade, do positivismo e da ciência como prova e explicação da realidade, os seres humanos eram analisados com objetividade, com influência mínima do contexto no viés do comportamentalismo. Isto enfraquece e estabelece uma crise da Psicologia Social na América do Norte, motivada por este excesso de individualização.

Na dimensão destas duas psicologias, temos a insurgência dentro da América Latina, logo após as décadas de 1960, a qual seguia um caminho rumo à psicologia social importada dos Estados Unidos (do Norte). Com adaptação, replicação e transposição das metodologias norte-americanas, bem como problemas de investigação, de modos de atuar e de intervir. Essa importação, com posicionamento colonialista, acrítica de posturas teóricas, foi chamada por Martín-Baró (1989) de Escravidão da Psicologia latino-americana. Esta escravidão, segundo Martín-Baró (1989), trata-se de uma herança de dependência dos Estados-Nações imperialistas – o garrotoço cultural.

Através do garrotoço cultura, que nada mais é que um conjunto de estratégias de dominação utilizadas por culturas imperialistas/coloniais para causar miséria, pobreza, controle tecnológico, dependência financeira e militar de nações dominadas. Foram importadas na América Latina e no Brasil as vertentes miseráveis da Psicologia social, com as características de: mimetismo cientificista, ausência de epistemologia adequada e dogmatismos provincianos (Martín-Baró, 1989).

A Psicologia Social Psicológica e a Sociológica são pulverizadas através de pensamentos que penetram outros territórios, dentre eles a América Latina e o Brasil; no entanto, ambas as tendências se instalam com vieses colonialistas e carentes de uma produção que dê conta das realidades vigentes. Em outras palavras, a Psicologia Social adentra as terras latino-centro-sul-americanas com a “vestimenta” europeia e norte-americana, traz seus conceitos, suas padronizações e nenhum pouco preocupada com as necessidades locais. Logo, as problemáticas relacionadas ao contexto de atuação são outras, por exemplo, como a herança colonial, a violência, o narcotráfico, a ancestralidade configuram as relações de vida na América Latina? Estas eram perguntas que nunca haviam sido feitas no âmbito da Psicologia Social Psicológica e Sociológica.

Martín-Baró (1989) afirma que a psicologia social colonial se mimetiza com o intuito de conquistar o status de ciência. Através de enfoques organicistas, psicanalíticos, cognitivistas, em razão da dependência da psicologia e das escolas de psiquiatria, sucede uma onda de comportamentalismo ortodoxo, com a pesada carga de individualismo e metodologismo. Segundo Martín-Baró (1989), o problema não está radicado nas virtudes ou defeitos do modelo comportamentalista, mas no mimetismo que leva a aceitar modelos vigentes (de moda) sem exercício da crítica e à importação histórica de esquemas que conduzem à ideologização, à negação de fundamentos sociais e à ignorância de questionamentos concretos.

Nesse mesmo sentido, a ausência de uma epistemologia adequada molda as possibilidades de atuação e de compreensão de um território. Martín-Baró (1989) pontua que a Psicologia Latino-americana foi marcada pelo excessivo positivismo e hedonismo. Nas quais a concepção de ciência, inicialmente, foi

limitada aos dados positivos, aos fatos e às relações empíricas, descartando os saberes e as características das localidades. Já a característica hedonista reduziria a compreensão do comportamento solidário, tão característico das nossas comunidades latino-sul-americanas. Como explicar um comportamento que, sem concessão ao marco neoliberal, produz apoio para outros seres humanos? Como explicar o comportamento de jovens que entregaram a vida por outras pessoas, desconhecidas, na tentativa de resgatá-las de dentro de um incêndio de uma boate? De que maneira é explicado o comportamento de pessoas que foram vítimas das enchentes de 2024 no RS de renunciar à reserva de alimentos para apoiar outras pessoas mais atingidas na mesma enchente? Integrar esse marcador analítico como fundante é, de fato, uma transposição à natureza humana daquilo que caracteriza o funcionamento de um determinado sistema socioeconômico, ou seja, as características da América Latina (do Sul), conforme Martín-Baró (1989), são inigualáveis e deslizam sobre as importações e as compreensões sobre o que a ciência impera nas vidas das pessoas.

Após a apresentação dos pontos fundamentais do “florescimento” da Psicologia, retomamos a pergunta balizadora: como se constitui a Psicologia Social na interface com a Saúde Coletiva? Quais são seus fundamentos? Quais são suas implicações? E quais são seus efeitos?

Martín-Baró (1989) vai propor uma reflexão: se quisermos que a psicologia contribua com a história do nosso povo e se quisermos como psicólogas(os) contribuir para o desenvolvimento social de nossos países, precisamos redefinir nossa bagagem teórica e prática. A fim de libertar nossos povos a partir de suas dores, suas lutas e seus sofrimentos, para a libertação da escravidão e da colonialidade. Implica, sobretudo, na libertação da própria Psicologia.

Os fundamentos metodológicos da Psicologia Social, em específico da Psicologia social latino-americana, devem seguir, segundo Martín-Baró (1989), alguns princípios: a) somente os pobres constituem a maioria de nossos povos; b) a verdade prática tem primazia sobre a verdade teórica; c) a promoção da vida.

Para explicar este conjunto teórico de pressuposto epistemológico vou a uma pergunta-necessidade: Quem são as pessoas que se encontram em situação de rua na cidade de Uruguaiana, RS?

No Brasil, não há metodologia para mapear as pessoas que estão em situação de rua. A metodologia existente é composta por diferentes modelagens de fórmulas matemáticas para prever e virtualizar números, que muitas vezes não condizem com as realidades. Isso se dá porque o IBGE tem por naturalidade acolher/entrevistar as pessoas que têm endereço e domicílio – historicamente proprietários de terras. Outra maneira é reunir os dados do CadÚnico. No entanto, este formato desconsidera e deixa de incluir pessoas imigrantes, por exemplo, que sofrem por situações de exceção e de risco que as políticas sociais do Brasil não alcançam.

Os dados do observatório do POP Rua da UFMG apontam para um valor estimado de 365 mil pessoas em situação de rua. No RS, um total de 15 mil pessoas, destes, 8 mil brancos e 5 mil negros. Constando, assim, 5 mil pessoas na capital e o restante distribuído no interior do Estado.

A partir do fundamento metodológico de que somente os pobres constituem a maioria de nossos povos, como proporcionar Psicologia/Psicologia social para pessoas que não existem? O outro fundamento é: a verdade prática tem primazia sobre a vida, considerando que, atualmente, segundo o site da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, existem no mínimo 70 pessoas nesta situação, as quais não constam em equipamentos de controle e acompanhamento do Estado. Entrando em contradição sobre a realidade teórica sobre as pessoas e o que se pode perceber com a realidade concreta, em que, frente aos dispositivos de controle do Estado, não há pessoas em situação de rua, mas a construção das realidades compartilhadas as constitui um grande coletivo.

Por último, a promoção da vida como fundamento metodológico da Psicologia Social baseia-se na perspectiva de que, principalmente, os pobres são atravessados por todas as consequências das condições históricas de seus povos. No caso, povos latino-americanos, que selvagemmente fomos destituídos de nossas terras e nossas culturas, substituídos pelo padrão colonial, embranquecendo nossas relações com formas neoliberais e imperialistas de se relacionar, de sofrer e de proporcionar modos de cuidados (Martín-Baró, 1994).

A saúde coletiva tem interface com os fundamentos da Psicologia Social, pois constitui um campo científico que busca compreender os processos de saúde e doença para além das determinações sociais, econômicas, ambientais e políticas. Com o objetivo de produzir saúde, baseada em respostas concretas de organizações sociais, articulada com o planejamento, a garantia de direitos e a justiça social no âmbito da saúde (Paim, 2008; Arouca, 2003).

As bases operadoras da metodologia em Psicologia social podem ser classificadas em diferentes âmbitos, mas elas se conectam em um vasto número de pontos que são a observação das práticas cotidianas, relações comunitárias/grupais e os processos de exclusão e pertencimento (Sawaia, 2000). Quintal de Freitas (1998) vai definir que para caracterizar uma intervenção no campo da saúde coletiva é necessário que a psicologia social produza uma mudança. Ou seja, tenha um objetivo que fortaleça as pessoas, produza justiça social, fortalecendo o território e a autonomia frente às suas realidades.

O exemplo do conceito de operador de roda de quarteirão discutido por Freiras (1999) a partir de Góis (1996) pode ser utilizado como um componente de trabalho para o fortalecimento das redes de produção de saúde. Conceito que pode ser reescrito, aqui, como “Roda do Café bem Doce” (RCD). Partindo de uma experiência da proposta de discussão de elementos do dia a dia com pessoas em situação de rua. O café e o açúcar eram permitidos como estimulantes para a força de trabalho e como ração diária compulsória para escravos/as.

Portanto, a experiência da Roda do Café Bem Doce (RCD) já parte de um princípio de apropriação da história e do resgate de memória e de fortalecimento das situações em que as pessoas em situação de rua são os sujeitos outros. Sujeito sem história, sem direitos, sem visibilidade. Inspirado no proposto no conceito de aquilombamento, Cida Bento (2022) diz que as rodas de samba são as mais potentes manifestações de resistência cultural da identidade negra.

Produzir pensamentos sobre as condições coloniais, questões de saúde biológica e psíquica, condições de vida e organizar formas de organização a fim de mobilizar coletivamente contra a opressão em situação de rua. Representa a destruição do pacto narcísico, e não a epidermização da inferioridade, para que através dos fazeres da psicologia social seja possível.

Articular a Psicologia Social à saúde coletiva, dentro de uma perspectiva epistemológica, permite dar autonomia e libertar os sujeitos do sofrimento que é reflexo das estruturas históricas, organizadas pela naturalização da violência — expondo a realidade, saberes negros, indígenas, femininas e populares dos territórios como legítimos e, sobretudo, abandonar a fantasia da neutralidade científica.

PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO: APONTAMENTOS PARA A PROFISSÃO, FORMAÇÃO E PESQUISA

Compreender o lugar da Psicologia Social no contexto da Psicologia como ciência e profissão implica, inicialmente, reconhecer que a constituição histórica da Psicologia foi marcada por tensões que colocavam, de um lado, o indivíduo e, de outro, a sociedade. A Psicologia, como ciência, desde sua consolidação no final do século XIX, buscou compreender os fenômenos humanos a partir de diferentes matrizes teóricas e metodológicas, ora privilegiando processos intrapsíquicos e individuais, ora reconhecendo a influência das relações sociais, culturais, históricas e políticas, especificamente no campo da subjetividade.

Posicionar o lugar da disciplina de Psicologia Social (PS) no âmbito da Psicologia é, antes de tudo, problematizar a própria trajetória da ciência e da profissão. A PS não pode ser compreendida apenas como uma área disciplinar, mas como um movimento teórico e prático para a produção do conhecimento psicológico e para a compreensão das diversas realidades que constituem o nosso cotidiano.

Para organizar o desenvolvimento desta prova, o texto será estruturado em três blocos que versarão sobre: 1) breves apontamentos acerca da dimensão histórica da Psicologia Social no mundo e no Brasil; 2) o lugar da Psicologia Social na Psicologia como ciência e profissão; e 3) a articulação entre o fazer e o ensinar Psicologia no mundo contemporâneo.

Breves Apontamentos sobre a Dimensão Histórica da PS

O surgimento, florescimento e ascensão da Psicologia Social (PS) decorrem de diferentes processos que produziram a necessidade de pensar os arranjos sociais de outras maneiras. A crescente urbanização, a gentrificação e a tecnologização, desde a Revolução Industrial, forçaram as pessoas a criarem novas formas de se relacionar.

Essas rápidas e constantes transformações dos cenários urbanos ganharam centralidade à medida que as mudanças agrárias nas áreas camponesas e as necessidades de educação, saúde e moradia se intensificavam. Com isso, os

pressupostos da Psicologia também foram se alternando, ora enfatizando elementos individuais, ora elementos sociais. Diante dos novos cenários que surgiam, a ciência psicológica precisou construir um percurso marcado pela afirmação do positivismo.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, na sua constituição histórica, foi fortemente influenciada por perspectivas positivistas, laboratoriais e wundtianas, buscando afirmar seu estatuto científico. A vertente psicométrica e comportamental norte-americana teve seu advento associado à necessidade de estabelecer características estruturais, funcionais e úteis para compreender padrões típicos e atípicos de comportamento. Nesse contexto, cabia à Psicologia ocupar-se do indivíduo, das questões de ajustamento e das estratégias de adaptação, orientando grande parte de suas práticas para esses objetivos. Tanto que Foucault (2012), em *História da Sexualidade I*, aponta o caráter confessional presente nas práticas psicológicas desenvolvidas em diferentes instituições. Em termos concretos, poucas ciências foram tão marcadas pela centralidade do indivíduo quanto a Psicologia, que passou a escutar, interpretar e produzir formas de cuidado associadas ao controle dos comportamentos.

Nessa perspectiva, a Psicologia Social, em suas duas grandes tendências, psicológica e sociológica, desenvolveu modos distintos de aproximação de seu objeto. A Psicologia Social Psicológica voltou-se para os processos subjetivos e para a análise dos comportamentos dos indivíduos em interação. Já a Psicologia Social Sociológica ampliou seu campo de atuação para a compreensão das relações entre pessoas e sociedade, introduzindo a Psicologia Social em diferentes áreas de intervenção. É nesse contexto que Tomás Ibáñez e Lupicínio Iñiguez (1996) apresentam a noção de Psicologia Social Aplicada. A Psicologia Social Aplicada consiste em um conjunto de práticas de intervenção construídas a partir da compreensão de problemas sociais concretos, nas quais teoria e prática se constituem mutuamente. Esse campo articula pesquisa, intervenção e compromisso social, buscando produzir respostas para problemas coletivos, institucionais e comunitários. A partir da perspectiva da Psicologia Social Aplicada, sobretudo após a década de 1970, produziu-se um deslocamento ético-metodológico na produção dos saberes psicológicos, influenciando outros campos de atuação da Psicologia e também áreas para além dela. São exemplos dessa expansão as diferentes disciplinas que incorporaram a dimensão social em suas formulações, como Medicina Social, Serviço Social, Comunicação Social e Educação Social. No âmbito da Psicologia, podem ser citadas a Psicologia Social Organizacional, a Psicologia Social Ambiental, a Psicologia Social Hospitalar e a Psicologia Escolar e Educacional, entre outras.

Nesse horizonte epistemológico, ganham destaque a compreensão das relações grupais, das práticas institucionais e dos modos de vida atravessados por relações de gênero, etnia e classe social. Tais elementos permitem produzir análises críticas das condições materiais de existência, orientando práticas psicológicas voltadas para contextos sociais, éticos, políticos e subjetivos. Conforme argumenta Silvia Lane (1981), toda psicologia é social, uma vez que não existe sujeito fora das relações históricas e sociais que participam de sua constituição.

Portanto, a constituição histórica da Psicologia Social demonstra que seu florescimento não decorre apenas da criação de uma nova especialidade da Psicologia, mas da necessidade de compreender fenômenos que escapavam tanto às explicações estritamente psicológicas quanto às exclusivamente sociológicas. Nesse sentido, a Psicologia Social consolida-se como um campo de articulação entre sujeito e sociedade, inaugurando um espaço de análise das relações sociais, dos grupos, das instituições e dos processos de produção da subjetividade.

O Lugar da Psicologia Social na Psicologia como Ciência e Profissão

No âmbito profissional, a Psicologia Social contribuiu para redefinir os modos de atuação da Psicologia, ampliando seu campo para além dos espaços tradicionais centrados no indivíduo. Nessa perspectiva, a atuação psicológica passa a considerar os marcadores históricos, culturais, econômicos e políticos envolvidos na constituição dos sujeitos e das coletividades. A Psicologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de técnicas ou especialidades, mas como uma prática social comprometida com a realidade brasileira. Segundo Ana Bock (2001), a Psicologia Social foi responsável pela redefinição das atuações da Psicologia no Brasil, que anteriormente se encontravam centradas nas individualidades. Além disso, Furtado (2015) menciona que a Psicologia Social foi fundamental no processo de ampliação da área de atuação da Psicologia nos espaços das políticas públicas e nos contextos coletivos, sobretudo na construção da nova identidade da psicóloga e do psicólogo brasileiros.

Nessa perspectiva, Bader Sawaia (2009) argumenta que a Psicologia Social, no contexto da ciência e da profissão psicológica, produz ferramentas para compreender como as desigualdades sociais se convertem em sofrimento e como as relações sociais, organizacionais e políticas produzem formas específicas de sofrimento. Essa mudança na identidade profissional conecta-se a outros elementos históricos, como a introdução da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), relacionada ao compromisso social da profissão e à aproximação com as políticas públicas de proteção social. A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que estabelece normas e critérios para a organização da Assistência Social, bem como a Resolução nº 17, de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), reconhecem a Psicologia como categoria profissional que deve compor as equipes de referência da Assistência Social nos diferentes níveis de proteção, contribuindo para a qualificação dos serviços ofertados.

Abriu-se, assim, caminho para a atuação da Psicologia na prevenção de situações de risco social e vulnerabilidade nos territórios, por meio do fortalecimento dos vínculos comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. A partir disso, o campo de atuação da Psicologia foi ampliado e organizado para construir práticas no âmbito dos CRAS, CREAS e Centros POP, surgindo, assim, um amplo conjunto de possibilidades de intervenção da Psicologia Social Aplicada.

Outro campo de atuação, contextualizado na perspectiva da Psicologia Social, é a inserção da Psicologia na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da Portaria nº 3.088, de 2011, que prevê diferentes espaços de atuação como estratégia de operacionalização da Reforma Psiquiátrica no âmbito do SUS. Fundamentada nos princípios do cuidado em liberdade, da territorialização, da integralidade e da interdisciplinaridade, a Psicologia Social, enquanto ciência e profissão, ocupa papel de destaque, uma vez que oferece ferramentas teóricas e metodológicas para compreender e atuar na relação entre subjetividade, território, cidadania, direitos humanos e inclusão social. Em outras palavras, a psicologia deixou de ser um campo exclusivamente individual para integrar práticas concretas de cuidado e transformação social.

Dentro da RAPS, estão previstos, no mínimo, sete componentes de cuidado, dentre eles a Atenção Básica em Saúde, os Serviços Residenciais Terapêuticos e os Centros de Convivência. No âmbito da Atenção Básica, destaca-se o Consultório na Rua, serviço voltado para o atendimento da população em situação de rua, instituído pela Política Nacional de Atenção Básica. Nessa perspectiva, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, poderia formular a seguinte questão: quem são as pessoas que se encontram em situação de moradia nas ruas da cidade de Uruguaiana?

Breves Apontamentos Epistemológicos

Considerando o que foi discutido até aqui sobre os vieses presentes na tradição positivista e em outras formas de produção do conhecimento, observa-se que o Brasil ainda enfrenta dificuldades metodológicas para mapear a população em situação de rua. O que existe são diferentes modelagens estatísticas que procuram estimar essa população, mas que frequentemente não correspondem à realidade concreta dos territórios. Isso ocorre porque o IBGE, historicamente, estrutura suas metodologias a partir do domicílio como unidade de referência. Outra forma de estimativa ocorre por meio dos dados do CadÚnico. Entretanto, esse mecanismo pode deixar de contemplar determinados grupos, como pessoas migrantes e indivíduos que vivem em situações extremas de vulnerabilidade e exclusão social.

Os dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POP Rua/UFMG) apontam para uma estimativa de aproximadamente 365 mil pessoas em situação de rua no Brasil. No Rio Grande do Sul, estima-se que cerca de 15 mil pessoas estejam nessa condição. Frente a esse cenário teórico-metodológico, emerge uma questão fundamental: como escutar, reconhecer e produzir cuidado para populações que permanecem invisibilizadas pelos sistemas oficiais de informação?

No caso de Uruguaiana, a discussão torna-se ainda mais complexa. Embora existam registros municipais indicando a presença de pessoas em situação de rua, muitas delas não aparecem nos mecanismos formais de monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, o que dificulta a construção de estratégias efetivas de cuidado e proteção social. A perspectiva da Psicologia Social consiste justamente em tensionar práticas, ultrapassar os limites do simbólico e produzir a desnaturalização das formas de exclusão social. Os dispositivos de classificação e

controle, muitas vezes presentes nas políticas públicas e nas instituições, podem contribuir para a invisibilização de determinados coletivos, especialmente daqueles que não se enquadram nos modelos hegemônicos de produtividade e participação social. Como aponta Mbembe (2018), determinadas populações tornam-se mais vulneráveis aos processos de exclusão, precarização e abandono.

Portanto, um dos nós centrais da atuação da Psicologia é a dimensão política das relações sociais, grupais e institucionais, bem como sua articulação com os movimentos sociais. Historicamente, a Psicologia participou de projetos de modernidade que, em muitos momentos, contribuíram para a normalização de determinados modos de vida em detrimento de outros. Tal debate permanece atual quando observamos processos formativos que ainda oferecem pouca centralidade às discussões sobre racialidade, branquitude e racismo estrutural.

Como exemplo de intervenção, trago a experiência metodológica desenvolvida junto à RAPS com a população em situação de rua, inspirada no conceito de roda de quarteirão proposto por Cezar Góis (1999) e Maria de Fátima Quintal de Freitas (1999). Historicamente, muitas metodologias de aproximação com populações marginalizadas desconsideraram suas referências culturais e suas formas próprias de organização coletiva. O conceito de roda de quarteirão constitui uma estratégia de fortalecimento das redes comunitárias, permitindo evidenciar diferenças coloniais e questionar pactos de exclusão social. A partir dessa inspiração, desenvolveu-se a metodologia denominada “Roda do Café Bem Doce” (RCD), construída a partir de experiências de discussão de elementos decoloniais com pessoas em situação de rua. A proposta parte da relação histórica entre café, açúcar, escravidão e trabalho, utilizando esses elementos como operadores simbólicos para a reflexão sobre memória, pertencimento, identidade e resistência.

Nesse sentido, a Roda do Café Bem Doce constitui uma estratégia de resgate histórico e fortalecimento coletivo, reconhecendo as pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, portadores de histórias, memórias e saberes. Inspirada também no conceito de aquilombamento, a metodologia busca fortalecer processos de pertencimento, resistência e construção coletiva de alternativas frente às condições de opressão vividas pelos participantes. Articular a Psicologia Social, o pensamento decolonial e a clínica antirracista permite evidenciar sofrimentos que são produzidos pelas estruturas históricas de desigualdade e pela naturalização da violência. O pensamento decolonial implica questionar as formas hegemônicas de produção do conhecimento, reconhecendo saberes negros, indígenas, femininos e populares como formas legítimas de compreender e transformar a realidade, abandonando, assim, a fantasia da neutralidade científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer e o Ensinar Psicologia no Mundo Contemporâneo

Por fim, o último ponto a ser articulado refere-se ao fazer e ao ensinar Psicologia no mundo contemporâneo. Considerando o projeto de modernidade do qual a Psicologia fez e ainda faz parte, bem como os processos de embranquecimento da Psicologia no âmbito da colonialidade, foram naturalizados aspectos dominantes associados a características urbanas, brancas, masculinas e a referenciais colonizadores. A ciência psicológica naturalizou determinados modos de existência e subalternizou sujeitos e coletividades. Nesse contexto, a formação em Psicologia, historicamente, privilegiou perspectivas hegemônicas, e o acesso às universidades também foi marcado por processos de exclusão e direcionamento social. Dessa maneira, como construir uma ciência e uma profissão em Psicologia sem estabelecer pactos com racionalidades neoliberais, patologizantes e centradas na figura do sujeito empresário de si? Essa questão torna-se ainda mais relevante em contextos fronteiriços, como o de Uruguiana, localizada na segunda fronteira terrestre mais movimentada do Brasil. O município apresenta características interculturais compartilhadas com o Pampa argentino, marcadas pela ancestralidade do povo Charrua, pelas dinâmicas migratórias, pelas trocas culturais e pelas diferentes formas de circulação de pessoas e modos de vida. Ao mesmo tempo, trata-se de um território fortemente marcado pelo agronegócio, pela pecuária extensiva e pela concentração fundiária, elementos que produzem formas específicas de organização social, desigualdade, acesso a direitos e produção de subjetividades.

Diante dessa realidade, a formação em Psicologia não pode restringir-se à reprodução de modelos teóricos produzidos em contextos urbanos, europeus ou norte-americanos, frequentemente apresentados como universais. Ao contrário, torna-se necessário construir percursos formativos capazes de reconhecer os saberes produzidos nos territórios, as experiências das populações rurais, fronteiriças, indígenas, negras, migrantes e empobrecidas, compreendendo que a subjetividade é produzida em contextos históricos concretos. Nesse sentido, a Psicologia Social contribui para uma formação crítica ao possibilitar a leitura das relações entre território, cultura, trabalho, desigualdade e poder, deslocando o foco da adaptação individual para a compreensão dos processos coletivos que produzem sofrimento e resistência.

Formar psicólogas e psicólogos para os contextos do Pampa gaúcho, especialmente na região de Uruguiana, implica reconhecer que os desafios contemporâneos da profissão não se limitam à aplicação de técnicas ou teorias psicológicas. Exige-se a capacidade de dialogar com a diversidade cultural das fronteiras, compreender os impactos da colonialidade e das desigualdades sociais sobre a vida cotidiana e construir práticas comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a valorização das múltiplas formas de existência presentes nos territórios. Assim, a Psicologia Social reafirma seu papel estratégico na formação profissional e no diálogo com outras áreas do conhecimento, ao possibilitar uma

ciência e uma profissão comprometidas não apenas com a compreensão dos sujeitos, mas também com a transformação das condições sociais que produzem exclusão, invisibilidade e sofrimento.

REFERÊNCIAS

- AROUCA, Sérgio. **O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDES, Jefferson de Souza. **A crise da Psicologia Social e a produção do conhecimento**. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CERREZZO, Antonio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (org.). *Clio-Psique hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 167-182.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). *Psicologia socio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS n.º 17, de 20 de junho de 2011**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- FARR, Robert M. **As raízes da Psicologia Social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, Marília de Almeida. **Psicologia Social Psicológica e Psicologia Social Sociológica: aproximações e distanciamentos**. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 365-373, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil**. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 54-80.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990 no Brasil.** In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.* Petrópolis: Vozes, 1998. p. 54-80.

FURTADO, Odair. **O compromisso social da Psicologia.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. esp., p. 216-229, 2012.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Noções de Psicologia Comunitária.** Fortaleza: Edições UFC, 1996.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

IBÁÑEZ, Tomás. **Psicologia social construcionista.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2001.

IÑIGUEZ, Lupicinio. **A psicologia social como crítica: continuísmo, estabilidade e efervescências três décadas depois da crise.** In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (org.). *Diálogos em Psicologia Social.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2012. p. 209-238.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é Psicologia Social?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Para uma Psicologia da Libertação.** In: GUZZO, Raquel Souza Lobo; LACERDA JÚNIOR, Fernando (orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação.* Campinas: Alínea, 2011. p. 181-199.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicologia da libertação.** São Paulo: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica.** Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.